



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER DO DISTRITO FEDERAL
Conselho dos Direitos da Mulher

ATA

CONSELHO DOS DIREITOS DA MULHER DO DISTRITO FEDERAL

SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO 2021

Aos quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, às onze horas, foi realizada a segunda reunião da Comissão de Orçamento do CDM-DF, tendo como pauta: 1. Apresentação do Relatório “Ministério Público como Agente de Fomento e Monitoramento da Política Pública de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher”-MPDFT; 2. Informes; 3. Encerramento. A reunião remota iniciou via aplicativo *Google Meet*, com a presença das conselheiras do Poder Público: Rita de Castro Hermes Meira Lima (DPDF); Vanessa Cristina Assis Fernandes Vidal Salmito (CACI). Com as conselheiras da Sociedade Civil: Lúcia Divina Bandeira Bessa (ABMCJ); Thaísa Borges de Magalhães (CUT); Vilmara Pereira do Carmo (CUT); Beatriz Helena Matté Gregory (UBM); Laura Eli Padilha de Souza (UBM); Elisabeth Durães Moreno (MULHERES EM SEGURANÇA); Mara Regina Dalnegro (FMM-DF). Com as senhoras Cíntia Costa da Silva e Anne Araújo, do Núcleo de Direitos Humanos do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. E com a Assessora do Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal, Tainá de São José Caldas. A conselheira Rita Lima, iniciou a reunião, deu as boas-vindas às demais conselheiras e abriu a palavra à doutora Cíntia Costa que deu os seus cumprimentos e pediu a todas que se apresentassem. Após as apresentações, a senhora Anne Araújo apresentou relatório “Ministério Público como Agente de Fomento e Monitoramento da Política Pública de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher”, informando que elaborará uma Nota Técnica do estudo feito sobre o orçamento voltado às políticas para mulheres no Distrito Federal. Contou que o orçamento estará totalmente contabilizado no fim do mês de fevereiro, pois ainda não foi incorporado o valor das emendas parlamentares, locais ou federais. Explanou brevemente sobre o orçamento para a Secretaria de Estado da Mulher - SMDF, aprovado na Lei orçamentária anual de dois mil e vinte e um no valor de trinta e um milhões de reais, frisou que houve um aumento de cento e oitenta e um por cento em relação ao ano de dois mil e vinte e um, que foi apenas de onze milhões. Contou que o Programa com maior incremento foi o destinado ao desenvolvimento de ações de promoção das mulheres e garantia de seus direitos. Disse que já existe uma previsão orçamentária de um valor de doze milhões para ações voltadas para as mulheres, ainda não foi especificada qual atividade será executada. Expôs que atualmente esse valor está contingenciado, apesar de ter vindo na lei orçamentária anual. Revelou que o Convênio de dois mil e quinze com a União para CMB antiga: recebimento de treze milhões será renovado até o fim de dois mil e vinte e um. Advertiu que não foram identificados no orçamento de dois mil e vinte e um os recursos para o convênio de manutenção da Casa da Mulher Brasileira. Comunicou que foi verificado que esse convênio, celebrado com a União, foi renovado e terá a duração até dezembro de dois mil e vinte e um, onde foram repassados quatro milhões e meio de reais do valor de treze milhões, ressaltou que ainda faltam nove milhões e duzentos mil para serem repassados. Conta que foram repassados um milhão e meio para construção das Casas das Mulheres Brasileiras nas Regiões Administrativas do: Recanto das Emas; Sobradinho II; Sol Nascente e São Sebastião e treze milhões somente para manutenção desses espaços. Mencionou que a Secretaria da Mulher e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos estão em processo de articulação sobre a possibilidade de mudar o objeto para que esse dinheiro seja destinado às novas casas. Disse que a ideia inicial era que a Casa da Mulher Brasileira fosse para Ceilândia e se aproveitasse esse valor. Explicitou que houve um termo aditivo para manutenção do serviço de infraestrutura da Casa da Mulher Brasileira na Asa Norte (1a fase) e Ceilândia (2a fase) e demais atividades - despesa de manutenção não implica em construção, que é despesa de investimento. O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios sugeriram uma nova reunião para apresentação da Nota Técnica sobre o orçamento destinado às políticas para mulheres no Distrito Federal. Afirmou que disponibilizará o link da próxima reunião, agendada para o dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e vinte e um, às dez horas e trinta minutos. As conselheiras se despediram umas das

outras. Por fim, sanadas todas as dúvidas e realizadas todas as deliberações cabíveis, a A Sra. Rita Lima declarou por encerrada a reunião. Nada mais a ser tratado, eu, Tayná de São José Caldas, redigi, lavrei e datei a presente ata. Assinada por mim e pelos(as) membros(as) do Conselho presentes na reunião.

Brasília 04/02/2021

Assinaturas:

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Anexo do Palácio do Buriti, 8º andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa - CEP 70075-900 - DF

04011-00000227/2021-19

Doc. SEI/GDF 56209904